

GUIANA QUER DISCUTIR INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL

Comitiva de senadores da CRE visitou segunda-feira e ontem autoridades da Guiana e do Panamá. Hoje, a delegação estará na Jamaica. 7



Silvia Gomide

Liderada por Heráclito Fortes (4º à esquerda, ao lado do presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo), delegação de parlamentares busca estreitar relações com a região

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.873 – Brasília, quarta-feira, 3 de setembro de 2008

Grampo ilegal poderá dar seis anos de prisão

Comissão de Justiça do Senado deve concluir no dia 10 a votação de proposta que estabelece penas mais rigorosas para esse crime

A proposta já foi aprovada em primeiro turno na CCJ e só depende de votação suplementar. O presidente da comissão, Marco Maciel, espera que o projeto, apresentado por Jarbas Vasconcelos, possa seguir logo após a aprovação definitiva para exame da Câmara dos Deputados. Ontem, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que

mandou investigar a hipótese de haver ocorrido na Casa a interceptação de conversa entre o presidente do STF, Gilmar Mendes, e o senador Demostenes Torres. Em Plenário, os grampos ilegais foram condenados com veemência por Alvaro Dias, João Pedro e Jarbas Vasconcelos. Heráclito Fortes admitiu a criação de uma CPI para investigar o caso. 4 e 5



José Cruz

Plenário lotado faz avaliação de cinco anos de vigência do Estatuto do Idoso

Juristas debatem o papel do juiz no processo

Na fase de investigação, o juiz deve comandar a produção de provas? Essa questão dominou parte dos debates da comissão que estuda o anteprojeto do Código de Processo Penal. 2

Eleitor quer barrar candidato com ficha suja

Levantamento do DataSenado mostra que 86% dos entrevistados são contrários à candidatura de políticos que têm ficha suja (processados por improbidade). 2

Procuradoria não investiga senador, diz Cícero Lucena

Cícero Lucena leu nota da Procuradoria da República no DF segundo a qual, como observou, não há participação de senador em fatos apurados na Operação Mão-de-Obra. 3

Idosos: leis avançam, mas dificuldades ainda persistem

A sessão em que o Senado homenageou os idosos foi marcada pelo reconhecimento dos avanços das leis que pro-

tegem a terceira idade e, ao mesmo tempo, pela denúncia de descumprimento das normas na área de saúde. 8

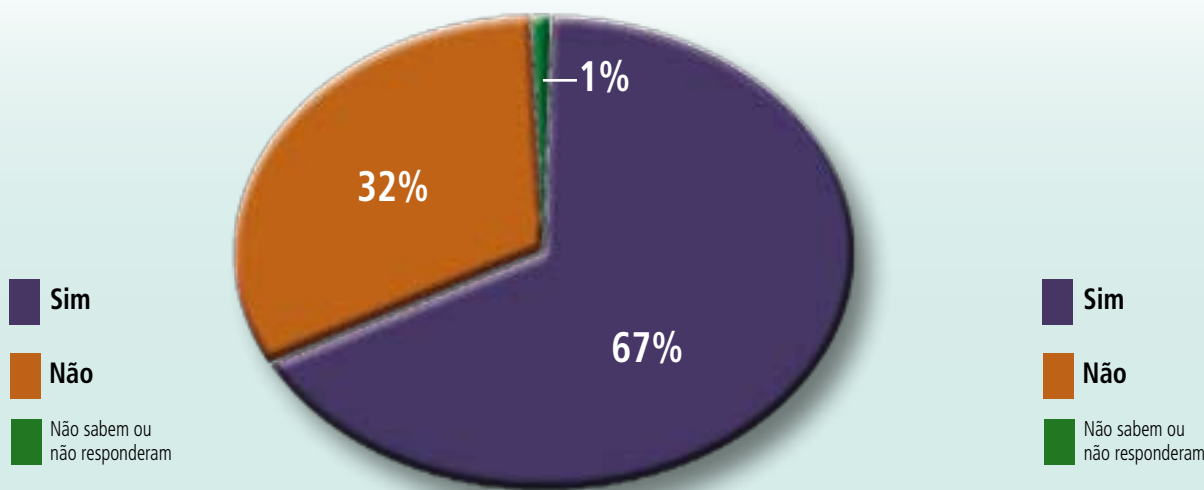


Leopoldo Silva

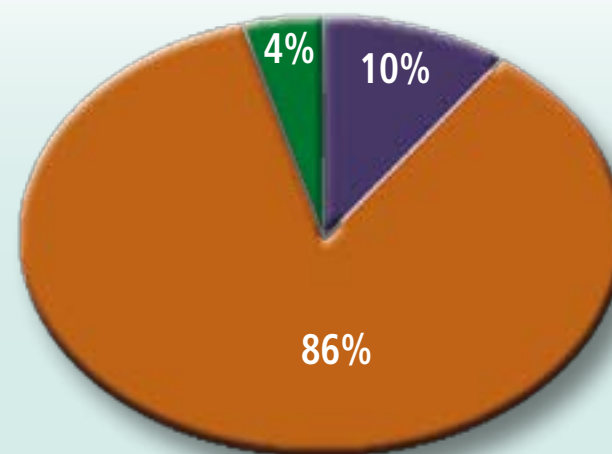
A apresentação do grupo folclórico da Pestalozzi de Belém animou ontem a abertura do 12º Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, que acontece até amanhã, no Senado, com o tema "Ética e Inclusão: construindo práticas e conceitos de uma sociedade para todos". 6

Pesquisa do DataSenado revela que 88% dos eleitores mudariam a intenção de voto se soubessem que seu candidato responde a processo judicial

A imprensa divulgou a chamada "lista suja", uma relação com nomes dos candidatos que respondem a processos na Justiça. Você tomou conhecimento do assunto?



Para você, alguém que está nessa lista pode ou tem o direito de se candidatar?



Fonte: DataSenado

Brasileiro deixaria de votar em candidato da "lista suja"

PESQUISA NACIONAL REALIZADA pelo Instituto de Pesquisa do Senado Federal (DataSenado) indica que 88% dos entrevistados mudariam sua intenção de voto ao tomar conhecimento de que seu candidato consta da chamada "lista suja" – ou seja, que responde a processo judicial por ações de improbidade administrativa ou eleitoral.

O levantamento também mostra que 86% dos consultados são contrários à candidatura de pessoas que estão nessa lista.

Quanto ao critério que deve ser utilizado para a inserção do nome do candidato na "lista suja", a pesquisa revela que 61% dos entrevistados optaram

por respostas relacionadas a processos não-concluídos, enquanto 34% deles defendem a inclusão apenas dos candidatos que foram condenados definitivamente.

No que diz respeito à atividade parlamentar durante o período eleitoral, na opinião de 48% dos consultados, os senadores devem ter dedicação exclusiva ao Parlamento.

Já para 44% dos pesquisados os parlamentares precisam dividir o tempo entre o Senado e a campanha eleitoral; e 5% defendem a suspensão das atividades da instituição durante esse período.

Os resultados constam da

pesquisa "Eleições 2008 – O impacto eleitoral da lista suja", que ouviu 1.105 pessoas por telefone, no período de 18 a 27 de agosto.

Os entrevistados são maiores de 16 anos, com acesso a telefone fixo e residem em capitais de estados. A maioria (54%) das pessoas consultadas é do sexo feminino e cursou o nível médio (50%); 24% têm nível superior e 22% estão entre os que cursaram da 5ª à 8ª série. A margem de erro é de 3%. As tabelas, metodologia e dados técnicos sobre a pesquisa estão disponíveis no site da Secretaria de Opinião Pública do Senado: www.senado.gov.br/sepop.

Juristas discutem novo Código de Processo Penal

Os juristas da comissão externa criada para elaborar o anteprojeto do Código de Processo Penal voltaram a discutir, ontem, propostas de princípios e da estrutura do novo código.

O consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Silveira, um dos nove integrantes do colegiado, informou que o grupo retomou a discussão do papel que o juiz deve ocupar na investigação e no processo.

Na fase de investigação, disse o consultor, os juristas consideraram que o juiz não deve gerir ou produzir provas para garantir sua imparcialidade. Também na fase processual, contou, apesar de haver divergências entre os especialistas, preponderou o entendimento de que o juiz não deve comandar a produção de provas, atividade que cabe ao Ministério Público.

No entanto, a comissão chegou a um modelo em que o juiz, quando reconhecer que há insuficiência da defesa técnica, poderá, a partir do material já apresentado, pedir complemen-



Eugenio Pacelli de Oliveira e Hamilton Carvalho (D) na comissão

tação das provas – por exemplo, a oitiva de novas testemunhas.

Fabiano Silveira disse ainda que a prisão preventiva também foi tema de discussão pelo colegiado. Em sua opinião, durante a fase de investigação, o juiz não poderia determinar de ofício a prisão dos investigados. Para o consultor, essa medida, admitida pelo código em vigor, é inconstitucional por ferir os princípios da imparcialidade e do devido processo legal.

Reunião fechada

O coordenador da comissão externa e ministro do Superior Tribunal de Justiça, Hamilton Carvalho, decidiu realizar a reunião de forma fechada, com a finalidade de dinamizar os trabalhos do grupo. A preocupação

do coordenador e da comissão, explicou Silveira, é imprimir um ritmo mais acelerado aos trabalhos. Na próxima reunião, todos os integrantes do colegiado vão apresentar os textos pelos quais ficaram responsáveis, visando acelerar a discussão. Também ontem

o grupo de juristas iniciou a discussão do sistema recursal brasileiro.

A comissão externa reúne-se mensalmente e foi instalada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, em 9 de julho, por sugestão do senador Renato Casagrande (PSB-ES). Os juristas têm o prazo de 180 dias para apresentar o anteprojeto do novo Código de Processo Penal. O texto final será colocado em consulta pública e, após exame e aprovação dos senadores, será transformado em projeto de código.

A comissão já está recebendo contribuições da comunidade jurídica e do público em geral por meio do site www.senado.gov.br/novocpp ou pelo e-mail novocpp@senado.gov.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário: sem votações previstas

Às 14h, a sessão é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Adelmir Santana (DEM-DF) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

CDH comemora Semana do Idoso

A Subcomissão Permanente do Idoso, vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), se reúne, às 10h, em audiência pública para comemorar a Semana do Idoso, com a presença de representantes de grupos de idosos do Distrito Federal, e de Judson Seraine Teles, coordenador do Coral das Gerações, do Hospital Regional do Guará (DF).

Seminário "O Negro na Independência"

Será realizado às 8h30, no Auditório Nereu Ramos da Câmara, e às 14h30, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, o seminário "O Negro na Independência do Brasil", promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em conjunto com o governo do Distrito Federal, a Câmara dos Deputados e entidades ligadas à defesa dos direitos humanos.

Presidência: exposição e posse no STJ

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa às 9h30, no Salão Negro, com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, da abertura da exposição comemorativa da independência do Brasil; às 10h recebe da comissão organizadora o edital do concurso a ser realizado pelo Senado; às 11h30 recebe o diretor da Polícia Federal, delegado Luiz Fernando, com a presença dos senadores Tião Viana e Demostenes Torres; às 15h participa da solenidade de posse dos ministros César Asfor Rocha e Ari Pargendler, respectivamente, como presidente e vice-presidente do STJ; e, às 16h, preside a sessão não-deliberativa.

CMO começa a analisar Orçamento 2009

O colégio de líderes partidários integrante da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) reúne-se às 10h30 para elaborar o cronograma de tramitação do projeto da lei orçamentária para 2009 (PL 38/08-CN) e a agenda de seminários com debates regionais sobre o Orçamento da União. Às 14h30 acontece a reunião deliberativa da CMO.

Exposição dos Dragões da Independência

Abertura, às 9h30, no Salão Negro do Congresso Nacional, da exposição comemorativa dos 200 anos de criação do Regimento de Cavalaria de Guardas Dragões da Independência.

Senador questiona interpretações da Justiça Eleitoral da Paraíba

Cícero Lucena (PSDB-PB) manifestou-se ontem preocupado com interpretações que estão sendo feitas pela Justiça Eleitoral na Paraíba. O senador citou exemplos envolvendo o prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho (PSB), candidato à reeleição.

Conforme o parlamentar, há cerca de um mês, no Sindicato dos Motoristas de João Pessoa, a Justiça Eleitoral filmou a entrega de brindes – como geladeira, televisão, fo-

gão e outros eletrodomésticos – em nome do prefeito, que estava presente. A filmagem motivou uma ação, apresentada em 48 horas por uma promotora de Justiça, pedindo a cassação do candidato por abuso de poder.

Entretanto, ainda segundo o senador, por razões burocráticas legais, há 30 dias o juiz espera a manifestação do novo promotor designado para analisar o caso.

Cícero Lucena disse também que a Justiça

Eleitoral permitiu que Ricardo Coutinho usasse em sua campanha a cor laranja, cor de seu partido com a qual pinta “prédios municipais, placas, luminárias, tudo”. O senador lembrou que, em campanha passada, o governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB), foi proibido de usar em sua campanha a cor com a qual pintava os prédios públicos.



Cícero Lucena: processo contra prefeito de João Pessoa está paralisado

Foto de Genivaldo Magalhães

Comissão examina repasse de R\$ 1,3 bi a estados e municípios

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, a partir das 14h30, para deliberar, entre outras matérias, sobre projeto de lei do governo que propõe abertura de crédito suplementar para transferir R\$ 1,3 bilhão a estados, Distrito Federal e municípios. O projeto (PLN 27/08) torna viável, do ponto de vista orçamentário, o repasse de parte dos recursos previstos para este ano que visa compensar estados e municípios por isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedidas aos exportadores, como previsto na Lei Kandir (LC 97/96).

A proposta de suplementação está sendo relatada pelo deputado Wilson Santiago (PMDB-PB), com parecer favorável.

Um segundo projeto abre crédito de R\$ 72,8 milhões em favor dos orçamentos dos ministérios da Justiça e da Defesa. Desse total, R\$ 60,8 milhões

são reservados à pasta da Justiça, para despesas de R\$ 60,4 milhões em ações do Sistema Único de Segurança Pública e mais R\$ 400 mil para implantação de sistema de inteligência nas penitenciárias federais. Ao Ministério da Defesa vão caber perto de R\$ 12 milhões, parte dos quais para a construção de casas para integrantes das Forças Armadas. No relatório, o deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR) recomenda a aprovação da matéria.

Na mesma reunião, pode ser examinado relatório do deputado Jorge Khoury (DEM-BA) que trata do disciplinamento das relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória 430/08, que previa crédito extraordinário de R\$ 7,56 bilhões para reajustes de servidores federais. Por acordo, o texto foi retirado pelo governo e substituído por projeto de lei em regime de urgência.



Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje para analisar abertura de créditos

Reposição de perdas ainda depende de regulamentação

Os repasses federais destinados a repor, em 2008, perdas de R\$ 3,2 bilhões decorrentes de isenções aos exportadores oferecidas por estados, Distrito Federal e municípios, por conta da Lei Kandir, ainda que previstos no Orçamento 2008, dependem de aprovação da lei anual que regulamenta a transferência desses recursos.

Aprovada na Câmara em agosto, a proposta do governo (PLC 133/08) aguarda apreciação no Senado e tramita em regime de urgência. O projeto contém o valor a ser transferido, R\$ 1,9 bilhão, que será dividido em parcelas iguais entre os estados e repassado durante os meses compreendidos entre a data de publicação da lei regulamentadora e o final do exercício de 2008. O restante dos recursos previstos

no Orçamento, R\$ 1,3 bilhão, foi catalogado como reserva de contingência, para remanejamento. Essa mudança de rubrica está em exame na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

De acordo com o projeto, de autoria do Ministério da Fazenda, cada estado transfere a parte de cada um dos seus municípios exportadores.

Em anos anteriores, o governo federal usou medidas provisórias para obter autorização do Congresso Nacional para regulamentar a transferência dos recursos. No entanto, como o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional pedido de crédito extraordinário encaminhado por meio de MP, neste exercício a opção foi pelo projeto de lei em regime de urgência.

Cícero Lucena: Procuradoria não está investigando Efraim

Nota da Procuradoria Geral da República lida em Plenário corrige informações de jornal e esclarece que não há investigações contra senadores na Operação Mão-de-Obra

O SENADOR CÍCERO Lucena (PSDB-PB) leu ontem da tribuna nota divulgada no dia anterior pela Procuradoria da República no Distrito Federal. Publicada pela Assessoria de Comunicação, a instituição pretende, com a nota, corrigir informações divulgadas pelo jornal *Correio Braziliense* sobre a Operação Mão-de-Obra, que investiga possíveis fraudes em licitações, realizadas pelo Senado Federal, para contratação de empresas de terceirização.

O documento cita que a investigação está sob a responsabilidade da procuradora Luciana Marcelino Martins, desde junho de 2007, e não há dois anos como mencionou o jor-

nal. Acrescenta que não existe novidade nos fatos relatados, sendo todos de conhecimento tanto do Ministério Público Federal quanto da Justiça Federal desde 2006.

Segundo a nota, as investigações não têm como alvo inquirir parlamentares e, se os procuradores tivessem percebido a participação de algum deles, os autos teriam sido remetidos ao procurador-geral da República. Menciona ainda que o juiz federal, o qual deferiu os monitoramentos telefônicos e recebeu a denúncia, “tem pleno conhecimento dos fatos e, caso houvesse vislumbrado a participação de parlamentares”, também poderia ter enca-

minhado os autos ao Supremo Tribunal Federal.

– Acho que é importante [essa nota] constar dos Anais [do Senado] porque, de uma forma clara, esclarece que não há participação de nenhum senador nessa Operação Mão-de-Obra – afirmou Cícero Lucena.

Em aparte, Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que há um processo de tentativa de desmoralização do Congresso Nacional e do Poder Judiciário, para ele, “patrocinado pelo Poder Executivo, que tem a força para tudo”. Ele se solidarizou com a direção do Senado e com o 1º secretário, Efraim Moraes (DEM-PB), que tem sido alvo das denúncias.

A íntegra da nota

“Nota esclarece informações divulgadas erroneamente pelo jornal *Correio Braziliense*.

Sobre as matérias jornalísticas divulgadas pelo jornal *Correio Braziliense*, as quais noticiam que a procuradora da República Luciana Marcelino Martins esteja com as investigações referentes à Operação Mão-de-Obra e relativas aos fatos envolvendo o Senado Federal por mais de dois anos e de que está analisando o envio dos autos ao procurador-geral da República, é de se esclarecer que tais informações estão erroneamente divulgadas. Diante disso, seguem os devidos esclarecimentos:

1) A investigação relativa a possíveis crimes praticados no âmbito do Senado Federal está sob a responsabilidade da procuradora desde junho de 2007 e não há dois anos, como alegado pelo jornal;

2) Não há novidades nos fatos relatados nas matérias do jornal *Correio Braziliense*, portanto todos eles já são de conhecimento tanto do Ministério Público Federal, quanto da Justiça Federal desde 2006;

3) As investigações que estão sendo realizadas tratam sobre possíveis fraudes de licitações públicas ocorridas no Senado e não têm como

alvo investigar parlamentares;

4) Destaque-se que a investigação teve início no MPF em razão de força-tarefa realizada pelo MPF, Polícia Federal e INSS e sob a responsabilidade de dois membros do MPF que ofereceram denúncia perante a 12ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal em agosto de 2006;

5) Naquela oportunidade os fatos noticiados pelo *Correio Braziliense* já eram de conhecimento destes procuradores. Se eles houvessem concluído pela participação de algum parlamentar nos fatos, já teriam remetido as peças relativas ao Senado ao procurador-geral da República;

6) Posteriormente, em abril de 2007, outro membro do MPF declinou de suas atribuições e remeteu as peças relativas ao Senado ao grupo criminal da Procuradoria da República no Distrito Federal. Da mesma forma, não optou pela remessa ao procurador-geral da República;

7) Vale ressaltar que o juiz federal que deferiu os monitoramentos telefônicos e que recebeu a denúncia do MPF tem pleno conhecimento dos fatos e, caso houvesse vislumbrado a participação de parlamentares, poderia de ofício ter remetidos os fatos

relativos a possíveis ilicitudes de licitações do Senado Federal ao Supremo Tribunal Federal;

8) A ação de improbidade administrativa já ajuizada pelo MPF em relação as fraudes constatadas nas contratações do Senado também não incluiu nenhum senador;

9) A ação penal que apura fraudes em licitações ocorridas no Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e Instituto Nacional de Tecnologia da Informação já esteve algumas vezes no MPF e prontamente recebeu manifestação por parte da procuradora da República Luciana Marcelino Martins;

10) O corregedor do Senado Federal, Romeu Tuma, já compareceu ao MPF e foi informado pela procuradora de que até o momento não há indícios que justifiquem a remessa das peças relativas ao Senado Federal à Procuradoria Geral da República;

11) Caso surjam fatos novos, os autos serão remetidos ao procurador-geral da República.

Assessoria de Comunicação Procuradoria da República no Distrito Federal
Tel: (61) 3313-5460/5459”

Heráclito Fortes admite criação de uma CPI

Em entrevista à Agência Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que, caso o governo não apresente explicações ou realize uma apuração rigorosa sobre o episódio do grampo telefônico envolvendo parlamentares, "não restará outro caminho a não ser uma comissão parlamentar de inquérito".

O senador fez essas declarações no Panamá, onde se encontra em visita diplomática juntamente com outros senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Heráclito considera o grampo "inadmissível", seja contra o presidente de um Poder ou mesmo contra um cidadão comum. Ele se referiu especificamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes. Segundo a revista *Veja* desta semana, teria sido grampeada uma conversa entre o presidente do Supremo e o senador Demostenes Torres (DEM-GO).

— É uma agressão à Constituição, uma tentativa clara de instalar um Estado policesco no Brasil.

Reação

Heráclito lembrou ainda que marcou reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a próxima terça-feira a fim de discutir com os outros parlamentares os procedimentos a serem tomados pela comissão em relação ao assunto.

— O Congresso Nacional não pode assistir a uma brutalidade dessa natureza sem uma reação. É inadmissível que o Brasil seja palco de ações destrambelhadas como essa — afirmou.

Para Heráclito, o simples afastamento de dirigentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) não esclarece os fatos. O senador acredita ser necessário apurar a serviço de quem estão os grampos.

— A quem os grampos servem? A uma antecipação do processo sucessório do presidente da República? Servem para ter em mãos segredos de parlamentares? Ou é para montar um banco de dados com fins inconfessáveis? — questionou.

Heráclito retorna a Brasília na manhã do dia 9.

Proposta que estabelece pena de até seis anos de reclusão para a autoridade que violar o sigilo de comunicação telefônica sem autorização judicial deve ser votada na próxima semana, em turno suplementar, pela Comissão de Constituição e Justiça

Garibaldi manda apurar se grampo partiu do Senado

A caminho do seminário que a Editora Abril promove, em São Paulo, para celebrar os 40 anos da revista *Veja*, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou, em entrevista por telefone, que esta Casa do Legislativo já está investigando a hipótese de ter-se realizado em suas próprias instalações a interceptação telefônica da conversa entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, e o senador Demostenes Torres (DEM-GO).

— Já mandei investigar, já ouvi o diretor-geral [Agaciel Maia] e acho que o afastamento temporário da diretoria da Agência Brasileira de Inteligência [Abin], iniciativa tomada pelo presidente da República, foi a providência correta.

Na mesma entrevista, o presidente do Senado afirmou que a iniciativa governamental tem agora que se desdobrar no âmbito do Congresso. Em sua opinião, o Senado deve esforçar-se para aprovar o substitutivo que Demostenes Torres apresentou a projeto de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) para disciplinar com mais rigor esse assunto.

— Agora, tem que ter desdobramentos. O Senado precisa agir, precisa aprovar regras definitivas para coibir e punir escuta telefônica realizada sem autorização judicial.

No Senado

Logo depois que o presidente

Lula afastou provisoriamente a diretoria da Abin, o presidente do Senado pediu explicações ao diretor-geral da Casa sobre a possibilidade de alguém violar a central telefônica da instituição para realizar a escuta de que foram vítimas Demostenes Torres e Gilmar Mendes.

Agaciel Maia lembrou a Garibaldi que, todas as vezes que investigou a possibilidade de grampo telefônico dentro do Senado, a perícia técnica terminou constatando que o ilícito não foi praticado no interior da Casa.

— Eu expliquei ao presidente que nossa central fica dentro de uma sala-cofre. Não se pode acessá-la sem deixar registrados ali o *login* [conjunto de caracteres que identifica quem acessa um sistema computacional] e a impressão digital. É um acesso restrito e altamente identificável. É praticamente impossível a um estranho entrar ali — ressaltou Agaciel Maia.

A transcrição, pela revista *Veja*, de um diálogo entre o presidente do Supremo Tribunal Federal e Demostenes Torres, que teria sido gravado por um agente da Abin, movimentou os três Poderes da República por toda a segunda-feira. Entre os alvos de escutas telefônicas irregulares, de acordo com a revista, estariam também Garibaldi Alves e os senadores tucanos Arthur Virgílio (AM), Tasso Jereissatti (CE) e Alvaro Dias (PR).

Jarbas Vasconcelos cobra apuração "profunda e isenta"

Ao defender ontem, em Plenário, a aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 525/07, de sua autoria, que estabelece novas condições para o procedimento de interceptação telefônica, informática e telemática, o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) cobrou do governo federal o aprofundamento das investigações referentes à denúncia publicada pela revista *Veja* sobre grampos ilegais de conversas de autoridades dos três Poderes supostamente realizados pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

— A determinação do governo com relação a esse caso não pode parar aí [no afastamento dos diretores da Abin]. Além de uma investigação profunda e isenta sobre essa verdadeira 'grampolândia', é necessária uma ampla articulação para aprovar medidas num prazo relativamente curto, que regulamentem o uso desses instrumentos de investigação policial — disse.

Jarbas alertou para a necessidade de se estabelecerem mecanismos

que disciplinem as ações de interceptação telefônica realizadas pela Polícia Federal, para que essa atividade não fique "acima da lei e da Constituição".

Em apertado, Cassido Maldaner (PMDB-SC) e Cícero Lucena (PSDB-PB) apoiaram o pronunciamento.



Jarbas defende aprovação de regras para escuta

Alvaro vê chantagem e quer investigação a cargo do MP

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem, em discurso, que "não se tem a menor dúvida" de que as pessoas que grampearam os telefones do presidente do Supremo Tribunal Federal e de senadores "queriam obter dados para futura chantagem". Ponderou que o STF vem decidindo ações importantes do interesse do governo, assim como os senadores da oposição representam uma "pedra no sapato" do governo.

Apesar de apoiar a rapidez com que o presidente Lula decidiu afastar preventivamente a diretoria da Abin, Alvaro manifestou descrença sobre a possibilidade de se identificar os verdadeiros mandantes do grampo. Para ele, fatos passados do governo mostram que não se deve esperar por isso.

O senador pretende propor à direção do PSDB que provoque o Ministério Público Federal

para abrir uma investigação sobre a escuta, observando que se trata de um atentado ao regime democrático. Opinou que o atual episódio não tem gerado uma crise institucional por se tratar de uma "ilegalidade já banalizada" no país.



Alvaro Dias aponta "ilegalidade já banalizada"

Para João Pedro, espionagem provoca retrocesso na democracia

João Pedro (PT-AM) parabenizou o presidente Lula por afastar os dirigentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e disse ser hora de essa instituição se manifestar "de forma clara" acerca das denúncias publicadas pela imprensa de gravações de conversas telefônicas de ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal (STF).

— É hora de a Abin dizer quem são os envolvidos, ou se não tem ninguém da Abin envolvido. Mas não pode uma instituição do Estado brasileiro, ligada à Presidência da República, servir a procedimentos que nós estamos condenando e que ninguém no Brasil aceita — afirmou.

João Pedro também cumprimentou o presidente Lula por determinar "uma investigação rigorosa para detectar os mandantes desses procedimentos ilegais".

— Não posso aceitar, absolutamente, a conduta, a postura ilegal e obscura de servidores

federais na espionagem. Isso não contribui com o Estado brasileiro; provoca retrocesso nos avanços da nossa democracia e é perigoso, porque rompe com as garantias individuais.

O senador ainda pediu a atenção do governo federal para as comunidades quilombolas às margens do rio Andirá, no município de Barreirinha (AM).



João Pedro aplaude iniciativa de Lula



Presidente da CCI, Maciel (esq., ao lado de Epitácio Cafeteira) quer encontrar forma de superar exigência regimental para permitir que substitutivo seja enviado à Câmara no dia 10, quando o colegiado deverá concluir a análise da matéria

Senado pode apressar a decisão sobre pena mais rigorosa para grampo ilegal

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania do Senado deve concluir no próximo dia 10 a votação da proposta que estabelece pena de até seis anos de reclusão para autoridades que violarem o sigilo da comunicação telefônica sem autorização judicial. A informação foi prestada ontem pela assessoria de imprensa do presidente da comissão, senador Marco Maciel (DEM-PE).

A proposta, que tramita na CCI em decisão terminativa, já foi votada em primeiro turno no dia 27 de agosto, mas, como se trata de substitutivo,

precisa passar por turno suplementar. Maciel está buscando uma forma de encaminhar a matéria o mais rapidamente possível para análise da Câmara dos Deputados.

— É uma matéria muito importante e, por isso, já entrei em contato com o presidente do Senado [Garibaldi Alves Filho] para encontrar uma forma de superar essas exigências regimentais para que a proposta seja enviada no mesmo dia à Câmara — esclareceu Maciel por meio de sua assessoria, referindo-se ao período de cinco sessões exigido pelo Regimento

Interno da Casa para encaminhamento de recurso ao Plenário.

Rapidez

O substitutivo foi elaborado em conjunto com o Ministério da Justiça e com base nos projetos de lei do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) — o PLS 525/07 — e do Executivo (PL 3.272/08), que tramita na Câmara dos Deputados. A matéria modifica a Lei 9.296/96, que regulamenta dispositivo da Constituição federal sobre a inviolabilidade das comunicações telefônicas, disciplinando a quebra

desse sigilo, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Em entrevista concedida ontem à Agência Senado, o senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator da matéria na Comissão de Justiça, lembrou que a nova legislação proposta trata apenas de grampos legais. O parlamentar disse que, para regulamentar adequadamente a questão das interceptações telefônicas irregulares, é necessário criar um controle de atividades da Inteligência, o que deverá ser proposto pela Comissão

Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional. — É preciso criar esse controle, com participação inclusive da sociedade, para reprimir adequadamente esses grampos — observou Demostenes Torres.

O senador por Goiás referiu-se particularmente à denúncia publicada pela revista *Veja* desta semana de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) seria a responsável por uma série de interceptações telefônicas ilegais de conversas de autoridades dos três Poderes.

Projeto amplia exigência para a escuta telefônica

O texto aprovado em primeiro turno na Comissão de Constituição e Justiça do Senado no último dia 27 estabelece que, para permitir a punição dos responsáveis pelo vazamento de informações sigilosas, o mandado judicial que determinar a quebra do sigilo deverá indicar o nome da autoridade investigante responsável pela execução ou acompanhamento de toda a medida. Também a operadora telefônica executora do grampo terá que informar o nome do profissional responsável pela operação técnica que viabilizou o procedimento. Da mesma forma, deverão ser informados os nomes do juiz, do escrivão e de qualquer outra autoridade que tiver acesso às informações contidas no grampo telefônico.

A proposta também permite um maior envolvimento do juiz, pois determina que o prazo de duração da interceptação das ligações será de até 60 dias, prorrogáveis por igual período, desde que necessária, até o prazo de 360 dias ininterruptos. Mas em caso de crime permanente, esse prazo poderá ser estendido.

A decisão que autorizar o grampo deverá ser formulada por escrito pelo juiz competente com base numa série de informações que vão desde a indicação da existência de indícios suficientes da prática do crime objeto da investigação até a demonstração da estrita necessidade da quebra de sigilo da comunicação e da inviabilidade da obtenção da prova por outros meios.

O substitutivo também prevê a possibilidade de as conversas do advogado ao réu ou acusado serem utilizadas na instrução criminal quando o relacionamento com o cliente ultrapassar os limites do exercício da atividade profissional.

O substitutivo também prevê a possibilidade de as conversas do advogado ao réu ou acusado serem utilizadas na instrução criminal quando o relacionamento com o cliente ultrapassar os limites do exercício da atividade profissional.

O substitutivo também prevê a possibilidade de as conversas do advogado ao réu ou acusado serem utilizadas na instrução criminal quando o relacionamento com o cliente ultrapassar os limites do exercício da atividade profissional.

Operadoras

Ficou ainda definido que as quebras de sigilo telefônico somente poderão ser efetuadas por operadoras de telefone, acabando com a prerrogativa que tinham o Ministério Público e a Polícia Civil e o Departamento de Polícia Federal, que, pela norma vigente, podem ser autorizados judicialmente a fazê-lo.

O substitutivo também inova ao garantir a apresentação de recurso junto ao Ministério Público contra a decisão do juiz que indeferir a quebra de sigilo. O relator, com base em decisão fundamentada, poderá conceder liminarmente o pedido de quebra e a análise do mérito do pedido de recurso tramitará em segredo de justiça, a fim de resguardar a eficácia da investigação.

PECs que acabam com voto secreto estão na pauta

A próxima sessão deliberativa do Senado está marcada para a próxima terça-feira, às 14h, quando deverá ser examinada uma pauta com 53 itens, começando por quatro projetos que tratam da programação monetária do governo para os quatro trimestres do ano. A pauta, que poderá ser acrescida de outras matérias, também traz duas propostas de emendas à Constituição (PECs) que acabam com o voto secreto no Congresso para a decretação de perda de mandato parlamentar e uma que acaba com o voto secreto em todas as deliberações.

Embora a pauta esteja desatracada, sem previsão de votação de medidas provisórias (MPs), o presidente Lula já assinou duas MPs (440/08 e 441/08), a serem votadas primeiramente pela Câmara, que tratam da reestruturação dos salários e planos de carreira e da reorganização e simplificação das estruturas salariais de servidores da administração pública federal.

Constam da pauta também seis propostas que reduzem a idade para a imputabilidade penal, bem como projeto de lei (PLS 142/05) que estabelece regras para a baixa de veículo, proposto pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Desmanche.

As PECs que tratam da redução da idade para a imputabilidade penal estão na primeira sessão de discussão. Já as que tratam do voto aberto deverão ser votadas em primeiro turno.

Voto aberto

Entre as propostas que tratam do voto aberto, a PEC 38/04 é de autoria do então senador e hoje governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e estabelece o voto aberto para a decretação de perda de mandato de parlamentar.

A matéria, aprovada sob a forma de substitutivo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), estabelece que a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto ostensivo e maioria absoluta, mediante provocação das respectivas Mesas Diretores ou de partidos políticos com representação no Congresso, assegurada ampla defesa do parlamentar processado.

Já a PEC 50/06, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e subscrita por mais de 30 senadores, institui o voto aberto para todas as votações das duas Casas, incluindo as de Plenário e as de comissões técnicas, e proíbe expressamente a votação secreta.

A PEC 86/07, que teve como primeiro signatário o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), também estabelece o voto aberto na decretação de perda de mandato de parlamentares, que deverá ser decidida pela Câmara dos Deputados e o Senado Federal por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa Diretora ou de um partido político, assegurada ampla defesa.

Com apoio da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o 12º Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi discute formas de se efetivar as políticas públicas para inclusão social no país

Papaléo registra a importância de encontro

Papaléo Paes (PSDB-AP) chamou a atenção para o 12º Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, que ocorre em auditório do Senado e é apoiado pela Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência, da qual Papaléo é membro.

Para o senador, o prestígio do evento pode ser medido pela lista de seus participantes, entre os quais os presidentes do Senado, Garibaldi Alves Filho, e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; o ministro da Educação, Fernando Haddad; o presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência, deputado Geraldo Resende; o jornalista Gilberto Dimenstein; vários senadores, deputados federais, técnicos do Poder Executivo e representantes da sociedade civil organizada.

Inclusão

Papaléo mencionou igualmente a importância dos temas em debate: inclusão nas escolas, ética da inclusão, diretrizes da convenção da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência, combate à discriminação, preconceito e adaptações arquitetônicas que favorecem e garantem a inclusão.

– Desde a promulgação da Constituição de 1988, temos observado mudanças importantes nas atitudes, nos ambientes de trabalho e nos projetos arquitetônicos das pequenas e grandes cidades. O progresso é lento, é verdade, mas, ainda assim, é bastante perceptível. Graças à Constituição Cidadã, criaram-se as bases para o surgimento, no Brasil, de uma sociedade em que a inclusão da pessoa com deficiência é um fato dado, uma regra, e não uma exceção – analisou.



Papaléo: mudança em prol da inclusão é lenta, mas perceptível



Grupo folclórico da Associação Pestalozzi de Belém se apresentou ontem no Auditório Petrônio Portela do Senado

Frente promove congresso das associações Pestalozzi

COMEÇOU ONTEM E vai até a quinta-feira o 12º Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi. O objetivo do evento – que está sendo realizado no Auditório Petrônio Portela do Senado, com o tema “Ética e Inclusão: construindo práticas e conceitos de uma sociedade para todos” – é discutir os melhores caminhos para a inclusão social das pessoas com deficiência e a adequação delas ao mercado de trabalho.

Especialistas e profissionais que trabalham com pessoas com deficiência irão debater ainda ao longo desses três dias – em mesas-redondas, oficinas, palestras e conferências – te-

mas como educação inclusiva, ética e diretrizes da Convenção Mundial sobre o Direito das Pessoas com Deficiência. O evento também busca ser uma forma de mobilização e articulação de profissionais de diferentes setores, e de fomento de conhecimentos técnico-científicos e práticas inclusivas nas áreas de saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer.

Segundo os organizadores, o congresso será uma oportunidade para que os que trabalham no setor possam mostrar suas atividades, discutir dificuldades e interagir com os principais responsáveis pela implementação e fiscalização de políticas públicas

no país.

Amanhã, às 9h, Flávio Arns (PT-PR) fala sobre educação inclusiva, ética e equidade. Ele é integrante da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – que, juntamente com o governo federal, apóia a realização do encontro. Ontem, duas oficinas abriram a programação. A primeira abordou o tema “Marketing de Entidades do Terceiro Setor: captação de recursos e parceria”, e foi conduzida pelo professor Luciano Santana. A segunda, “A Pessoa com Autismo, sua Família e seus Educadores”, foi ministrada pela escritora Deusina Lopes Cruz.

Ética e inclusão são temas de debate em evento

A presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenasp), Gyselle Saddi Tannous, apontou avanços “no plano legal e no plano dos direitos” das pessoas com deficiência nos últimos 12 anos, mas pediu o apoio dos parlamentares para “a efetivação desses direitos”.

– O Brasil, país de todos, quer ser também daqueles que sempre foram colocados nas beiradas dos recursos, nas sobras das políticas públicas, nos restos de uma sociedade

que se acostumou a tratar seus excluídos com indiferença – disse.

“A gente tem visto que, por vezes, as leis que forçam a inclusão acabam por excluir mais os nossos cidadãos, quando impõem que eles convivam à força dentro de alguns meses”, afirmou.

Além de Gyselle, compuseram a mesa a professora Sarah Couto César, presidente de honra da Fenasp; a diretora para Assuntos Internacionais da entidade, Lizair de Moraes

Guarino; o secretário-geral da Frente Parlamentar pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, deputado Waldir Maranhão (PP-MA); o deputado Otávio Leite (PSDB-RJ); e o jurista Dalmo de Abreu Dallari.

Apresentações

A abertura do evento contou ainda com a participação da cantora Lenilde Ramos, do coral da Fundação Pestalozzi de Goiânia e do grupo folclórico da Fundação Pestalozzi de Belém.

Alvaro Dias aplaude 30 anos de diocese

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem, em Plenário, requerimento de voto de aplauso à comunidade católica do oeste do Paraná em comemoração aos 30 anos da Diocese de Foz do Iguaçu (PR), originada do desmembramento da Diocese de Curitiba.

Alvaro Dias informou que a comunidade realiza várias festividades religiosas alusivas ao aniversário e registrou sua participação em missa campal no último domingo. O senador mencionou também a construção de uma catedral pela diocese, que se tornará “mais uma atração turística na cidade de Foz do Iguaçu”.

– O Brasil está carente de religiosidade, necessita de mais oração, de amor ao país e às pessoas – declarou.



Comissão entrega ao presidente regras para disputa pelas 150 vagas

Concurso do Senado: Garibaldi recebe editais

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, recebe hoje às 10h, da comissão organizadora, os cinco editais que regulamentarão o próximo concurso do Senado. A publicação dos editais está prevista para a próxima semana.

Serão oferecidas 150 vagas, sendo 90 para nível superior e 60 para o médio. Para a área de Comunicação Social deverão ser contratados 60 profissionais, sendo 23 de nível superior e 37 de nível médio.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias • Papaléo Paes • Casildo Maldaner

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Tião Viana registra início da extração do petróleo pré-sal

Foto de Geraldo Magela



“É o início de uma nova era”, afirma Tião Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) registrou ontem o evento que marcou o início da produção de petróleo da camada pré-sal, realizada no Espírito Santo com a presença do presidente Lula e do presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli.

– É o início de

uma nova era do petróleo no Brasil – destacou.

Citando dados do governo, o parlamentar explicou que a extração no campo de Jubarte dá início a uma fase de testes cujo objetivo é observar as características do óleo da camada pré-sal, que deve durar de seis meses a um ano. Foram investidos R\$ 50 milhões para permitir a extração, cujo potencial é de cerca de 18 mil barris ao dia.

Os depósitos de petróleo da camada pré-sal começaram a se formar há 150 mil anos e estão

sob uma espessa camada de sal, na faixa de litoral que vai do Espírito Santo até Santa Catarina. O petróleo “é um dos melhores” e também há perspectiva de aumento das reservas de gás natural, o que pode levar o país a se tornar auto-suficiente no setor.

Em aparte, o senador João Pedro (PT-AM) mencionou que o dia “histórico” marca a primeira conquista da Petrobras com petróleo e gás natural extraídos da camada pré-sal, e, assim como Tião Viana, elogiou os funcionários da estatal.

Parlasul debate respeito aos direitos humanos no Brasil

O respeito aos direitos humanos no Brasil será tema de audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, marcada para as 9h de amanhã, com a presença do presidente do Parlasul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

Segundo o protocolo constitutivo do Parlasul, a entidade deve elaborar e publicar anualmente um relatório sobre a situação dos direitos humanos nos países membros, “levando em conta os princípios e as normas do Mercosul”.

A audiência será aberta pela presidente da comissão, a parla-

mentar uruguaia Adriana Peña. Foram convidados representantes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado; da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República; e do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores. À tarde, a audiência deve contar com representantes do Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos; do Movimento Nacional de Direitos Humanos; e do Comitê de Políticas Externas de Direitos Humanos.



Luciano Sarno

Cristovam conversa com Odilon Wagner e outros artistas em seminário em SP

Artistas apoiarão Cristovam para diretor-geral da Unesco

Grandes atrizes brasileiras, como Bibi Ferreira e Fernanda Montenegro, poderão participar de campanha pela candidatura do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) à diretoria geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Um manifesto do setor artístico em apoio à candidatura deverá ser divulgado ainda em setembro.

A movimentação pela candidatura do senador começou há uma semana, durante seminário em São Paulo. Ao saber que o

nome de Cristovam Buarque já havia sido lembrado por Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU, e pelo ex-presidente português Mário Soares, o ator Odilon Wagner propôs que os artistas brasileiros adotassem a candidatura.

– O senador é um dos grandes pensadores brasileiros e está cem por cento voltado à questões ligadas à Unesco – argumentou Odilon Wagner, que preside a Associação Brasileira de Produtores Teatrais Independentes (ABPI).

Senadores querem ajudar Guiana a preservar florestas

Presidente guianense, Bharrat Jagdeo, diz que seu país deseja participar de movimentos de integração entre países do continente, incluindo Mercosul

A DELEGAÇÃO DA Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que realiza missão oficial no Caribe cumpriu, segunda-feira, intensa agenda de audiências na Guiana. Os cinco senadores foram recebidos pelo presidente do país, Bharrat Jagdeo, pelo presidente da Assembleia Nacional, Hari Ramkhanan, e pelo primeiro-ministro, Samuel Hinds. Pouco antes de embarcarem para o Panamá, os parlamentares encontraram-se ainda com o secretário-geral da Comunidade do Caribe (Caricom), Edwin Carrington.

Integram a comitiva, além do presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Virgínio de Carvalho (PSC-SE) e Marco Antônio Costa (DEM-TO) e o embaixador José Marcus Vinicius de Sousa, que representa o Executivo.

No encontro com Bharrat Jagdeo, ficou acertado que a CRE realizará audiência reservada com a embaixadora da Guiana



Silvia Gomide

Primeiro-ministro da Guiana, Samuel Hinds (E), recebe Heráclito Fortes

no Brasil, Marilyn Miles, para tratar das políticas adotadas pela Guiana para preservar suas florestas. Jagdeo disse à comitiva que vê o Brasil como um parceiro e apóia o pleito de que o país passe a ter uma vaga permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele afirmou que a Guiana deseja par-

ticipar de todos os movimentos de integração entre países nos quais puder ingressar, incluindo o Mercosul.

Na visita ao presidente da Assembleia, Hari Ramkhanan, Heráclito afirmou que a relação Brasil-Guiana está vivendo um momento histórico único, por conta da iminente inauguração da ponte sobre o rio Tacutu.

Corte panamenha recebe dossiê da CPI da Pedofilia

Virgínio de Carvalho (PSC-SE) entregou ao presidente da Corte Suprema de Justiça do Panamá, Harley J. Mitchell, documentos da CPI da Pedofilia sobre hospedagem de sites com fotos de abuso sexual contra menores de idade em servidores daquele país. O magistrado e a vice-presidente da corte, Esmeralda Arosemena de Troitiño, prometeram tomar providências em relação à denúncia.

O senador integra a comitiva

da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que se encontra em missão oficial no Caribe, e que visitará ainda Jamaica, República Dominicana e Haiti.

O presidente do colegiado, Heráclito Fortes, destacou que os integrantes da CRE buscam, nessa viagem de diplomacia parlamentar, aproximar os povos dos dois países.

– Queremos fazer o que a diplomacia oficial às vezes não

consegue devido à liturgia do cargo: buscamos o entendimento – afirmou Heráclito.

Ainda ontem, a comitiva deveria encontrar-se com o presidente do Panamá, Martín Torrijos. A delegação segue hoje para Kingston, capital da Jamaica, onde será recebida pelo primeiro-ministro, Bruce Golding, e os presidentes da Câmara e do Senado do país, respectivamente Delroy Chuck e Oswald Harding.

Casildo Maldaner relata o 26º Encontro Brasil-Alemanha

Casildo Maldaner (PMDB-SC) falou sobre sua participação no 26º Encontro Econômico Brasil-Alemanha, realizado de 24 a 26 de agosto, em Colônia, na Alemanha. Os debates, informou o senador, giraram em torno de energia, meio ambiente, regulação econômica e propriedade intelectual.

Segundo ele, os alemães estão incentivando o Brasil a promover segurança energética e proteção climática, o que significa, entre outras coisas, investir na produção de biocombustíveis. Maldaner observou que,

embora não disponha de grandes espaços para o plantio de matéria-prima, a Alemanha pode contribuir com tecnologia.

Também foi estabelecida, disse o parlamentar, cooperação no setor de infraestrutura. Os alemães asseguram estar interessados em fornecer ao Brasil apoio para “eliminar os gargalos de infraestrutura que limitam o crescimento econômico”, como os portos e os transportes fluvial, ferroviário e aéreo.

– Acho que precisamos criar regras para

que possam existir fundos de investimentos internacionais, e eles têm fundos fortes para isso – opinou Maldaner.

Participaram do evento a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação das Indústrias Alemãs e a Câmara de Comércio Brasil-Alemanha.

Maldaner representou o Senado no evento



Foto de Geraldo Magela

Quinto aniversário do Estatuto do Idoso é comemorado em sessão que contou com a participação do presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria



Fotos: José Cruz

Homenageados ocupam as galerias do Senado durante a sessão especial: população acima de 60 anos cresce no país e exige a garantia de seus direitos

Plenário celebra a Semana do Idoso

O SENADO HOMENAGEOU ontem, em sessão especial, a Semana do Idoso, cujo dia nacional será celebrado em 1º de outubro. A sessão marcou o quinto aniversário da promulgação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03).

O 1º vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), afirmou que o estatuto não permaneceu no papel, "mas foi amplamente adotado pela sociedade, que reconhece a contribuição desse segmento da população no desenvolvimento do país".

Para representar os idosos presentes ao evento, o senador chamou para compor a Mesa o presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – Seção DF, Sabri Lakhdari, e o assessor especial da Subcomissão do Idoso – que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) –, João Batista de Medeiros.

A sessão foi realizada a requerimento do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Da tribuna, ele avaliou que o crescimento do número de idosos no Brasil ocorre em função das muitas ações em favor desse segmento, em especial na medicina e no saneamento básico.

– A idéia é viver por mais tempo, mas, sobretudo, viver melhor, sendo uma pessoa útil à



Leomar Quintanilha (E) fala da tribuna. À mesa, João Batista de Medeiros, Adelmir Santana, Sabri Lakhdari e Papaléo Paes

sociedade e à família – frisou.

Quintanilha disse ainda que a Subcomissão Permanente do Idoso, presidida por ele, se esforça para que essa camada da população tenha atendimento melhor na saúde, educação e lazer.

O senador afirmou que os idosos de hoje foram os artífices da transformação da sociedade brasileira, que, nos últimos 50 anos, passou de agrária a urbana, de subdesenvolvida a sociedade emergente.

– O Senado cumpre um dever e expressa seu reconhecimento a essa expressiva parcela da população.

Conforme Quintanilha, a Semana do Idoso tem entre

seus objetivos verificar se nos municípios, estados e União os direitos previstos estão sendo respeitados.

Direitos

Papaléo Paes (PSDB-AP) observou que as especialidades médicas que lidam com o idoso são mais necessárias a cada dia que passa, porque essa faixa da população está crescendo exponencialmente. Acrescentou que o Senado está lutando para que o Brasil mantenha o direito de todos, mas, principalmente, para resguardar o estado de direito democrático.

O parlamentar ressaltou que o Senado saúda os milhões de brasileiros com mais de 65 anos

neste início das comemorações da Semana do Idoso, idealizada para tratá-los não como "coitados ou incapazes, mas como cidadãos que merecem respeito e admiração pelo que já fizeram pela pátria".

Papaléo disse que os cinco anos de vigência do estatuto precisam ser avaliados diante dos direitos que consagrou, como a proibição de aumento dos planos de saúde por faixas de idade, o fornecimento de medicamentos gratuitos e as providências para combater a violência física e moral contra eles. Para o senador, essa é uma tarefa que o Estado precisa chamar a si, porque se trata de uma responsabilidade estatal.

Geriatra afirma que legislação ainda não é cumprida

O presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia do Distrito Federal, Sabri Lakhdari, disse que, apesar de ter produzido "leis fantásticas em relação ao idoso", o Brasil não oferece a esse segmento da população o tratamento determinado pela legislação. O especialista acrescentou que, como médico do serviço público

no Distrito Federal, vê que falta muito para a efetiva implantação da lei.

– Os pacientes, muitas vezes, não têm acesso ao exame nem à medicação. Existe uma grande falta de profissionais nas áreas de gerontologia, assistência social, enfermagem. Há poucos médicos, um único ambulatório de geriatria, um único geriatra

atendendo a população aqui no Distrito Federal – afirmou.

Sabri Lakhdari destacou também que é preciso fiscalização para que a lei seja aplicada. Ele defendeu orçamentos condizentes com o estatuto.

– Além da violência física contra o idoso, há a violência da falta de recursos e de serviços públicos.

Na opinião do geriatra, não levar o idoso ao médico e não lhe oferecer os medicamentos é uma forma de violência.

Já o assessor da presidência da Subcomissão Permanente do Idoso, João Batista Medeiros, registrou a necessidade de mais cursos de geriatria e gerontologia social nas universidades brasileiras.

Adelmir aponta dificuldade com plano de saúde

Em discurso durante a sessão especial do Senado para comemorar a Semana do Idoso, o senador Adelmir Santana (DEM-DF) registrou as dificuldades enfrentadas pelos idosos que têm planos de saúde para utilizar os serviços prometidos nos contratos. Ele criticou a demora na autorização de exames e cirurgias, o que os prejudica.

– Os prazos de carência são absurdos e a demora na autorização de exames e cirurgias causa muitos aborrecimentos – disse Adelmir Santana.

O senador citou ainda reportagem produzida pela TV Globo sobre o desinteresse dos corretores de seguro em vender planos de saúde para pessoas com mais de 59 anos de idade.

– O motivo é que as empresas não pagam comissão aos vendedores pelos planos de saúde adquiridos por idosos. Mas para clientes de zero a 18 anos, a comissão é bem vantajosa – explicou.

Por isso, enfatizou o senador, não há o menor interesse dos corretores em negociar a venda de um plano de saúde justamente para aqueles que mais precisam.

Legislação

Na mesma sessão, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou os avanços na legislação brasileira para a proteção dos idosos. As regras atuais, segundo ele, estão entre as mais modernas do mundo, pois busca proteger, resgatar, promover e incluir mais de 20 milhões de idosos brasileiros no processo social.

– Corroando a formidável luta do movimento social, temos aqui o Estatuto do Idoso, que encontrou no nobre colega, senador Paulo Paim [PT-RS], a garra, a sensibilidade, a determinação e a capacidade para articular e construir, em conjunto com ativistas e entidades representativas de aposentados, pensionistas e idosos, essa peça exemplar e de valor inestimável para a nação brasileira – disse Zambiasi.

Zambiasi lembrou que no Brasil já se identifica o crescimento da população de idosos, que hoje chega a 23 milhões. O parlamentar enfatizou que essas pessoas merecem respeito e dignidade.

– A cidadania se constrói com direitos: direito ao trabalho, direito à saúde, direito à assistência social, direito à educação – finalizou Zambiasi.